

Auxílio e preparo

Angelo Passos Neto

O clima do Natal incita a vontade aplicada ao debate e à busca de soluções para as questões chamadas sociais. Dentre elas, a fome ocupa o epicentro das preocupações como sendo uma das vergonhas da cidadania. Num país que tem 4,8 milhões de famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 25,00, a fome, antes de ser um sobressalto natalino, é um desafio permanente.



Não basta um Natal com menos fome. É preciso viver sem esse suplício. Só que o debate retoma sua força agora porque é no Natal, acima de qualquer outra época, que a chama do cristianismo mais ilumina os espíritos. A consequência, alvissareira, é a exacerbação do voluntarismo de auxílio, materializado em grande multiplicidade de campanhas. O assistencialismo é conflitante com os parâmetros da modernidade, porém ainda consta dos prospectos mais realistas nas terapias dos problemas sociais. E continuará a ter validade enquanto perdurarem distúrbios de cidadania.

A ocorrência da fome remonta aos cenários coloniais e está mais presente nas nações em desenvolvimento, embora não constitua exclusividade destas. Existe no Primeiro Mundo, em países exponenciais, como os Estados Unidos; e no Segundo Mundo, em belos remanescentes da economia centralizada, com a Rússia.

A fome na sociedade é ainda produto de deformidades estruturais, não corrigíveis em prazo imediato. Em sendo assim, aceita e requer providências emergenciais. Esse entendimento avalia as campanhas e as julga providenciais, mesmo rendendo efeitos não além de fugazes e sem cooperar efetivamente para transforma-

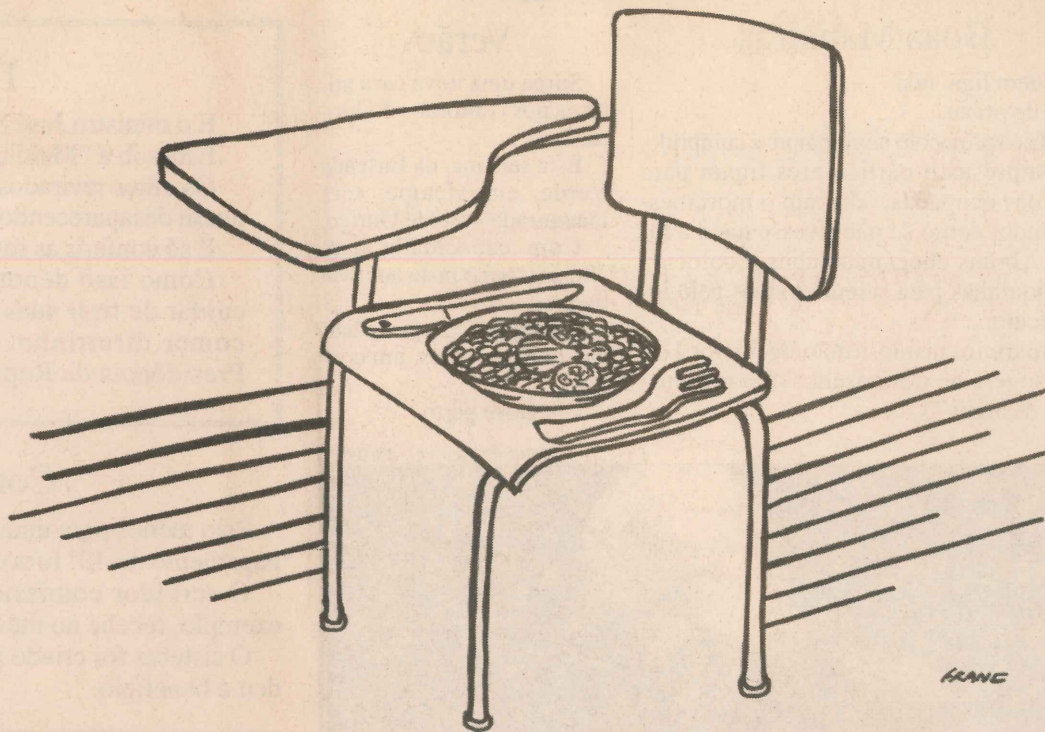
ções de base. Também é auspicioso que os mutirões socorristas sejam nascidos e desenvolvidos entre nós e para nós – com destaque para a cruzada em favor da cidadania, comandada pelo sociólogo Betinho. Significa um avanço para o país que já foi alvo de investida do tipo Aliança para o Progresso. É fator decisivo, a capacidade do país de resolver seus próprios problemas, criando e colocando em prática métodos adequados aos seus recursos e à sua cultura.

Que as campanhas honestas prosperem na multiplicação e na capacidade de ampliar o bolo a ser dividido. Mas, que não fiquem só nisso. As boas intenções podem ter materialidade mais profícua. Com efeito, pelo menos duas propostas imediatas parecem se coadunar com o espírito de reconquista de valores proporcionado à nacionalidade pela dinâmica de aperfeiçoamento do regime democrático e, na economia, pelos resultados do Plano Real.

A primeira proposta visualiza uma ação programática, ampla, visando à redução de desperdícios, em atividades públicas e

privadas, em níveis organizacionais e até individuais. O escopo das campanhas que alimentam a cidadania diminuindo a fome, e os resultados operacionais obtidos, são suficientemente grandiosos para avaliar, pelo seu sentido lógico, um programa de racionalidade em níveis municipais, estaduais.

A segunda proposta ultrapassa o imediatismo e se liga no compromisso com o futuro do país. A idéia é que os mutirões aprofundem-se na solidariedade. Além de prover alimentos e outros bens aos desvalidos, também passem a promover funções diretamente educacionais. Não existe ineditismo nesta ação, mas ela pode ser significativamente distendida; as parcerias podem ser rearticuladas para aumento da clientela atendida, para alargamento das fronteiras de atuação, com a abertura de novas áreas. A ênfase é para o impulso inicial da educação. Equivale, literamente, a complementar um papel constitucionalmente reservado ao Estado. E não sem razão. Pelos dados conhecidos



FRANC

mais recentes, mais de 8 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos encontram-se fora das escolas. Quando a iniquidade social atinge o estágio da fome já cumpriu amplo roteiro, que começou pela exclusão educacional.

A penúria que sustenta a fome é a negação da logística do desenvolvimento econômico, consensuado no raciocínio acadêmico como condição que efetivamente produz melhoria na qualidade de vida. Antes não, devido à corrosão inflacionária, mas, agora, *mutatis mutandis*, o Plano Real permite ao Brasil programar em cenário consistente a implementação da melhoria da qualidade de vida da sociedade e a educação é a única via segura para esse fim. Ruy Barbosa advertiu que “todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país, todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular”.

Angelo Passos Neto é jornalista e editor de Economia de A GAZETA